

NOVOS PARADIGMAS DA PROTEÇÃO CIVIL

Conferência técnica e científica

29 | Maio 2025

Espinho | Portugal



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Geografia



RISCOS CLIMÁTICO-METEOROLÓGICOS E POLÍTICAS TERRITORIAIS

António Bento-Gonçalves (bento@geografia.uminho.pt)

Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Comunicação e
Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais (ICS), UMinho



RISCOS CLIMÁTICO- METEOROLÓGICOS E POLÍTICAS TERRITORIAIS

- Introdução
- Os riscos
- Portugal
- As políticas
- Breves notas finais

RISCOS CLIMÁTICO- METEOROLÓGICOS E POLÍTICAS TERRITORIAIS

- **Introdução**
- Os riscos
- Portugal
- As políticas
- Breves notas finais

3

- As últimas décadas, têm sido marcadas por uma preocupação crescente com os problemas relacionados com as **mudanças climáticas / mudanças globais** e os seus efeitos diretos e indiretos na sociedade, alguns dos quais estão direta ou indiretamente relacionados com os **riscos naturais** e a possibilidade de a sua manifestação conduzir a **acidentes graves e catástrofes**.

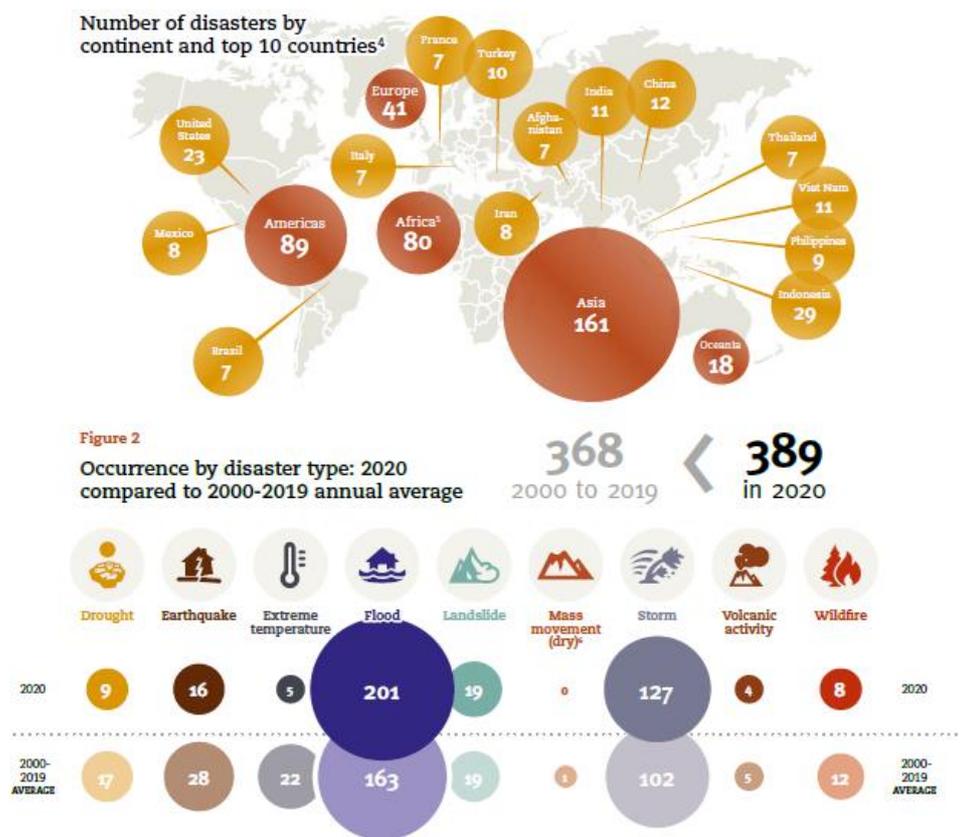


4

- Em 2022, o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastre apresentou o relatório de avaliação global, intitulado *Our World at Risk: Transforming Governance for a Resilient Future*, no qual se prevê que **até 2030** ocorram em média **560 catástrofes por ano**, o que representa, em média, **1,5 catástrofe por dia** (United Nations Office for Disaster Risk Reduction, 2022).
- O *Global Risks Report 2022* do Fórum Económico Mundial (World Economic Forum, 2022) identifica, ao nível do ambiente, as falhas na mitigação e adaptação às mudanças climáticas (1º) e os eventos climáticos extremos (2º) como os 2 principais dos **10 riscos mais graves à escala global** para os próximos 10 anos.



5



Emergency Events Database (<https://public.emdat.be/>) – UC Louvain

- (a) 10 ou mais mortes;
- (b) 100 ou mais pessoas afetadas/feridas/sem abrigo;
- (c) declaração do estado de emergência e/ou de apelo à assistência internacional.

2021 Disasters in numbers

432 Reported disasters

10,492 Deaths

101.8 million People affected

252 billion US\$ economic damage

Extreme events defining our lives

UCLouvain | Centre for Research on the Epidemiology of Disasters CRED | USAID

Number of disasters by continent and top 10 countries in 2021⁴

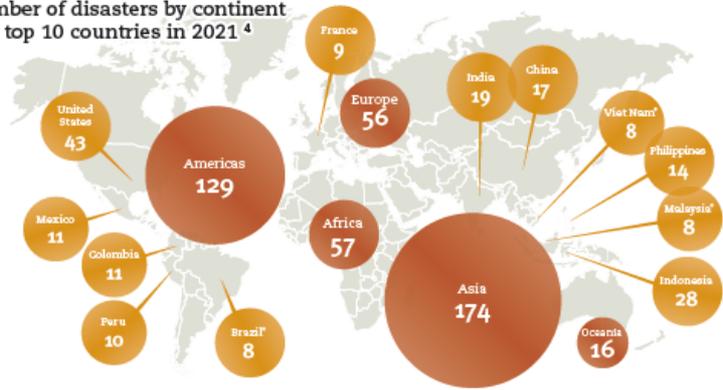
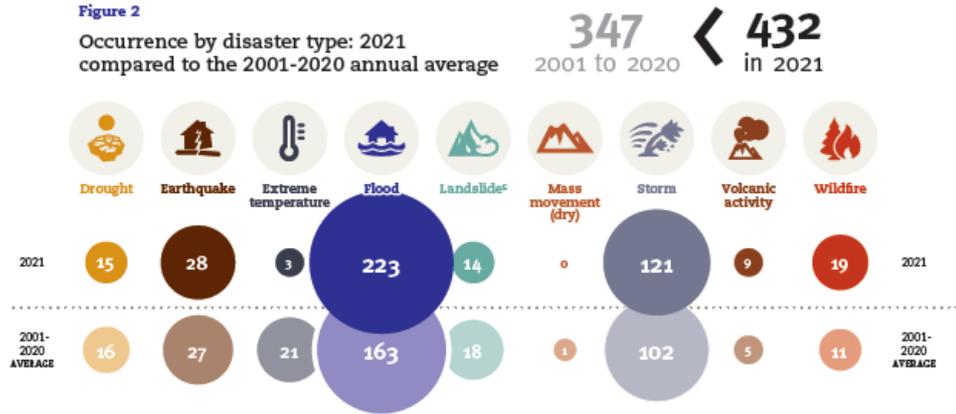


Figure 2 Occurrence by disaster type: 2021 compared to the 2001-2020 annual average



2022 Disasters in numbers

387 Reported disasters

30,704 Deaths

185 million People affected

223.8 billion US\$ economic damage

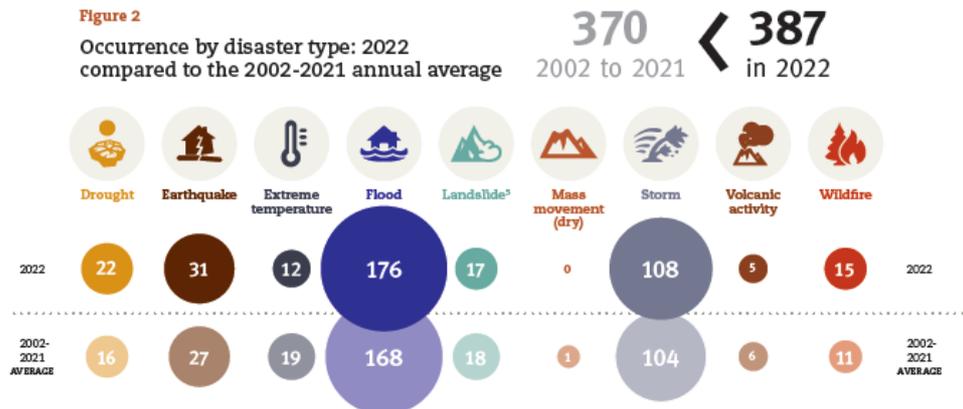
Climate in action

UCLouvain | Centre for Research on the Epidemiology of Disasters CRED | USAID

Number of disasters by continent and top 10 countries⁹ in 2022



Figure 2 Occurrence by disaster type: 2022 compared to the 2002-2021 annual average

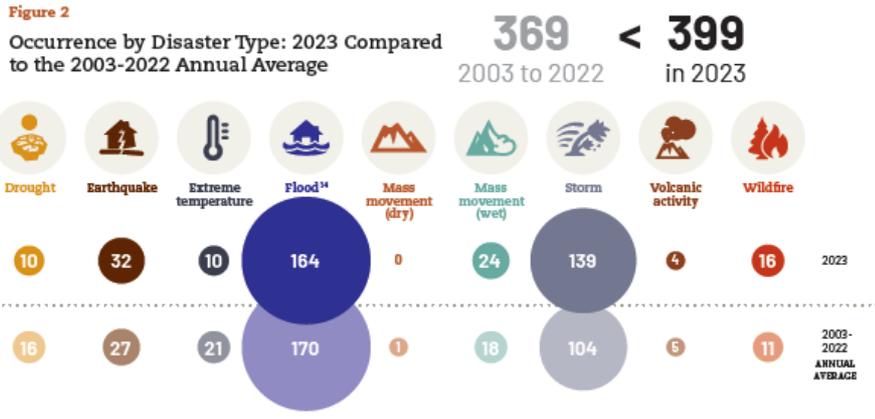


2023 Disasters in Numbers

- 399 Reported Disasters
- 86,473 Deaths
- 93.1 Million People Affected
- 202.7 Billion US\$ Economic Damage

A Significant Year of Disaster Impact

Logos: UCLouvain, Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED), USAID



WORLD ECONOMIC FORUM

The Global Risks Report 2025
20th Edition
INSIGHT REPORT

Outlook for 2025: Top 5 risks for the current year

- 01 State-based armed conflict
- 02 Extreme weather events
- 03 Geo-economic confrontation
- 04 Misinformation and disinformation
- 05 Societal polarization

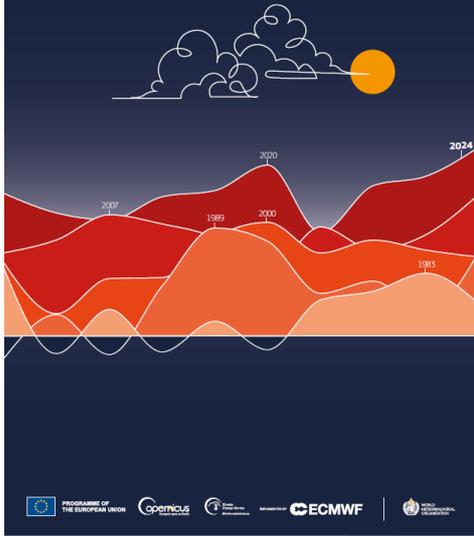
Outlook for 2027: Top 5 risks over the next two years

- 01 Misinformation and disinformation
- 02 Extreme weather events
- 03 State-based armed conflict
- 04 Societal polarization
- 05 Cyber espionage and warfare

Source: Global Risks Report 2025, World Economic Forum

Key messages

Europe in 2024



Europe experienced its warmest year, with the second highest number of heat stress days and tropical nights, on record.



For the European region and for the Mediterranean Sea, the annual sea surface temperature was the highest on record. It was also the warmest year on record for European lakes.



Glaciers in Scandinavia and Svalbard recorded their highest annual rates of mass loss. They also saw the largest mass loss of any glacier region globally.



In September, fires in Portugal burnt around 110,000 ha (1100 km²), representing around a quarter of Europe's total annual burnt area.



Europe experienced the most widespread flooding since 2013.



The year saw a record proportion of electricity generation by renewables, at 45%.



European cities have become more resilient, but continued efforts will unlock even greater potential to tackle climate challenges effectively.

Extreme weather events pose increasing risks to Europe's built environment and infrastructure and the services they support, and urgent action is needed, in particular on flood risks.



As alterações climáticas induzidas pelo homem estão a afetar o planeta; globalmente, **2023 foi o ano mais quente de que há registo** e a temperatura média global no período de 12 meses entre fevereiro de 2023 e janeiro de 2024 excedeu os níveis pré-industriais em 1,5°C.

A **Europa é o continente que regista o aquecimento mais rápido do mundo**. O calor extremo, outrora relativamente raro, está a tornar-se mais frequente e os padrões de precipitação estão a mudar. Os aguaceiros e outros extremos de precipitação estão a aumentar de gravidade e, nos últimos anos, registaram-se inundações catastróficas em várias regiões. Ao mesmo tempo, o Sul da Europa pode esperar uma diminuição considerável da precipitação global e secas mais graves.

RISCOS CLIMÁTICO- METEOROLÓGICOS E POLÍTICAS TERRITORIAIS

- Introdução
- **Os riscos**
- Portugal
- As políticas
- Breves notas finais

13

O Risco

A “noção de risco acompanha o homem desde sempre. Ao consciencializar-se da sua existência, ficou certamente consciente também dos riscos que corria. Primeiro, os riscos eram exclusivamente naturais (feras, vulcões, sismos, ...); a pouco e pouco, além desses vieram outros decorrentes das suas próprias actividades, tendo ou não componente natural. Hoje, os riscos são já de toda a ordem, desde os naturais aos socio-económicos e muitas vezes é impossível analisá-los em separado, pois constituem-se em verdadeiros complexos de riscos”.



Hoje em dia, as **metodologias de avaliação multirrisco** são fundamentais para a gestão dos riscos, sendo exigidas pela Comissão Europeia, acrescentando a isto a necessidade de haver uma ligação entre a análise multirrisco e a dinâmica custo/benefício e social e tendo em conta a "capacidade de reação", que foi introduzida nos cálculos de risco desde há cerca de uma década, e que dá um significado bastante diferente do ponto de vista do custo/benefício e da dinâmica social, principalmente em termos de prevenção e planeamento de emergência

Tipologia do Risco

Naturais
Antrópicos
Mistos

Naturais – quando o fenómeno que produz os danos tem a sua origem na natureza

Riscos geofísicos

Riscos climático-meteorológicos

Riscos geomorfológicos

Riscos hidrológicos

Riscos Biológicos

Riscos siderais

Antrópicos - quando o fenómeno que causa o dano tem a sua origem em acções humanas

Riscos tecnológicos

Riscos sociais

Riscos biofísicos

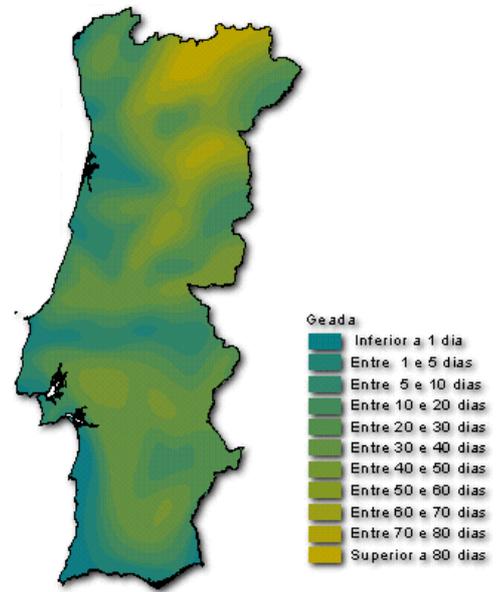
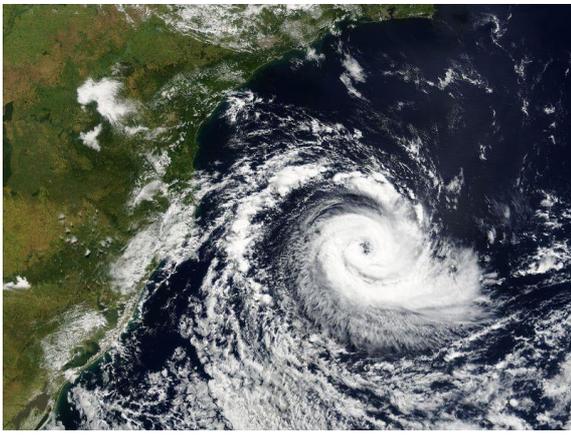
Mistos – quando o fenómeno causador do prejuízo tem causas combinadas, isto é, naturais e humanas

de Componente Atmosférica

de Componente Geodinâmica

Riscos dendrocaustológicos ou de incêndio florestal

The screenshot shows the Cordis - EU research results website. At the top, there is a logo for 'Integrating the risk management cycle' with a QR code and the names of the coordinating lead authors: Todor Tagarev and Gerassimos A. Papadopoulos. Below this is the European Commission logo and the text 'CORDIS - EU research results'. A navigation bar includes links for Home, Thematic Packs, Projects & Results, Videos & Podcasts, News, Datalab, and Search. The breadcrumb trail reads: Home > Projects & Results > H2020 > H2020_LC-CLA-16-2020. The main heading is 'Multi-hazard risk management for risk-informed decision-making in the E.U.'. Below the heading, there is a summary text: 'Actions are encouraged to capitalise on and assess existing methodologies, models and tools for disaster risk management available at EU and national levels in order to define a common framework for risk and vulnerability assessments for areas exposed to multiple natural hazards. Based on the diagnosis of multi-hazards and multi-risk assessments, innovative decision-making tools that help planners to make effective and future proofed risk management choices need to be developed (e.g. dynamic adaptation pathways to address future and emerging threats). Sustainable adaptation options including ecosystem-based approaches such as Nature-Based Solutions – that are cost-effective and provide multiple co-benefits should be prioritised where appropriate.'



Riscos climático-meteorológicos

-riscos que decorrem, por exemplo, da passagem de furacões ou os associados a chuvas torrenciais, a avalanches ou degelos repentinos.

- os que, embora de carácter mais localizado, derivam de outras situações meteorológicas adversas como secas prolongadas, chuvas intensas e prolongadas, ventos muito fortes e geadas (sobretudo as tardias).

(Lourenço, 2018)



Riscos Climático-Meteorológicos

O “Ciclone” de fevereiro de 1941

Em Portugal destaca-se o elevado número de vítimas mortais, superior a uma centena, e número indefinido de feridos. Muitas das vítimas mortais, em especial, em Lisboa, Alhandra, Sesimbra, Alhos Vedros terão sido por afogamento devido a inundações que ocorreram nas áreas ribeirinhas.

Estas inundações terão resultado da conjugação de múltiplos fatores, destacando-se, entre eles, a sobrelevação do nível do mar ou “storm surge”.



Tornado - Castelo Branco a 06 de Novembro de 1954

O tornado - de grau 2 numa escala de zero a cinco, considerado pelos meteorologistas como "fraco a moderado" - provocou cinco mortos e 20 feridos, deixando um rasto de destruição no centro da cidade.

"Houve camas da camarata do quartel que vieram para à rua, passeios levantados, vigas de edifícios deslocadas e cravadas nos prédios em frente, foi medonho", relembrou à agência Lusa Arnaldo Cruz.

"Embora seja uma incógnita como se procedeu na altura, hoje a resposta seria claramente diferente", frisou, aludindo à hipótese de activação dos planos municipal e distrital de emergência, afectando meios humanos, bens e serviços para a área sinistrada, consoante o nível de exigência da situação.

Destacou, igualmente, como procederiam os estabelecimentos de ensino, em comparação com 1954 quando pelo menos dois estudantes do liceu faleceram.



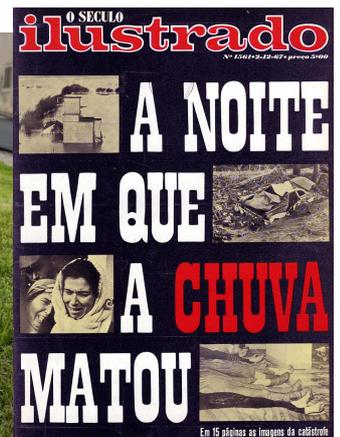
Riscos hidrológicos



Dez de 2000 – Jan 2001



CHEIAS DE 1967. A TRAGÉDIA QUE SALAZAR QUIS ESCONDER



Enxurradas de lama causam 40 mortos e número incalculado de desaparecidos

FÁTIMA MARIANO E GINA PEREIRA *
21 Fevereiro 2010 às 10:01

TÓPICOS

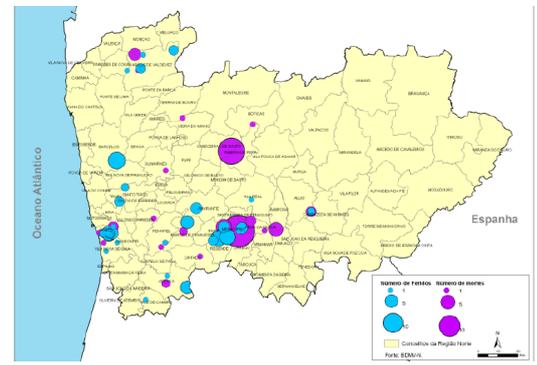
País



Não há memória de uma intempérie assim: a Madeira acordou para um cenário dantesco. Ruas transformadas em rios de lama, casas inundadas, carros e pessoas arrastadas, pontes derrubadas. Morreram 40 pessoas e há um número incalculado de desaparecidos. Acrescem 70 feridos e mais de 200 desalojados.

Riscos Geomorfológicos

- Na Base de Dados do Movimento de Vertentes do Norte (BDMV-N) foram registadas 630 ocorrências de movimentos de vertente entre 1900 e 2007, tendo-se registado 126 mortes, 125 feridos, 495 desalojados, mais de 3 centenas de cortes de estradas e linhas de caminho-de-ferro (e.g. linha do Douro, Tua e Corgo) e a destruição de mais de uma centena de edifícios.



Distribuição do número de feridos e de mortes causados por movimentos de vertente no Norte de Portugal (1900 – 2007)

Fonte: Pereira, S. et al. (2010)



Fluxo de detritos de Cavez (Cabeceiras de Basto) Dezembro de 1981 15 mortos



Fluxo de detritos de Cavez Dezembro de 1981 15 mortos

Precipitação superior a 500 mm



Deslizamentos de terras na Ribeira Quente, São Miguel - Em 31 de Outubro de 1997 29 mortos, 3 feridos graves e levando ao desalojamento de 36 agregados familiares, num total de 114 pessoas)



Frades (Arcos de Valdevez) 7 de Dez de 2000 4 mortos



Ventosa 1 morto

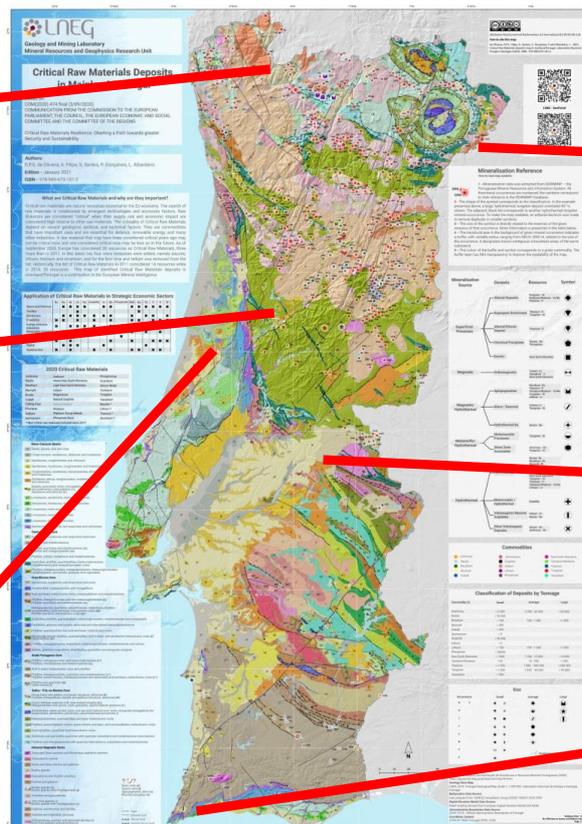
7 de Dez de 2000



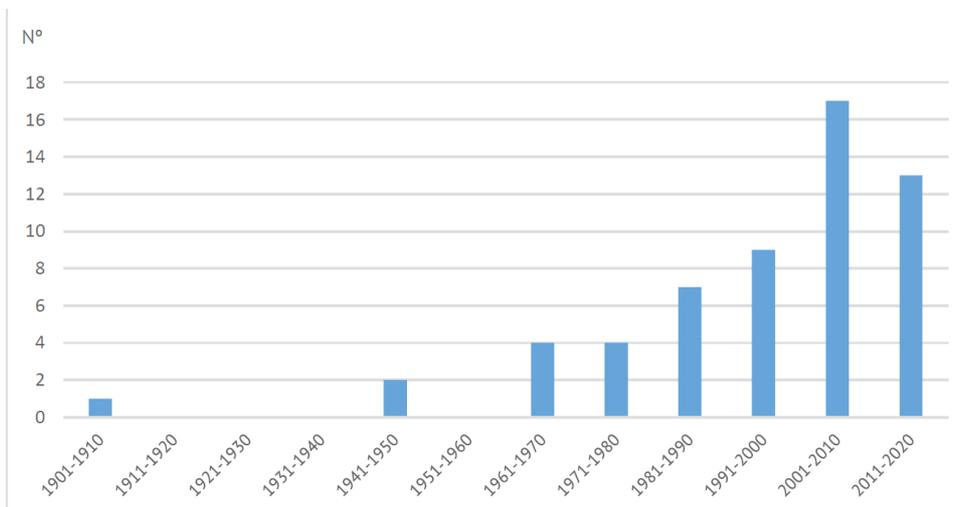
RISCOS CLIMÁTICO- METEOROLÓGICOS E POLÍTICAS TERRITORIAIS

- Introdução
- Os riscos
- **Portugal**
- As políticas
- Breves notas finais

23



Número de catástrofes por década, em Portugal, no período de 1901 a 2020.



Fonte: Dados retirados de Emergency Events Database (<https://public.emdat.be/>)

Apenas constam nesta base de dados eventos que reúnam pelo menos uma de três condições:

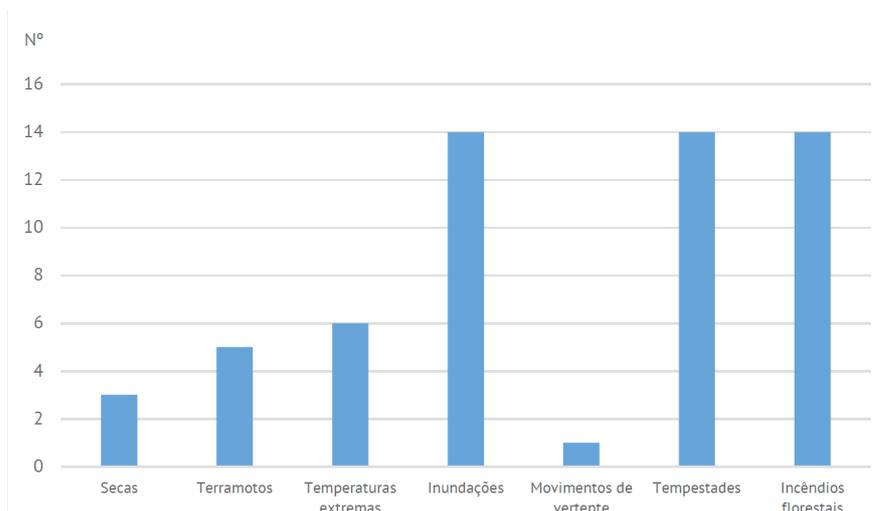
- (a) 10 ou mais mortes;
- (b) 100 ou mais pessoas afetadas/feridas/sem abrigo;
- (c) declaração do estado de emergência e/ou de apelo à assistência internacional.

Bento-Gonçalves, A. (2023) *Riscos Naturais em Portugal In: Os Desafios (Geográficos) da Governação Territorial* Edited by: Pedro Chamusca e António Bento-Gonçalves. 61-83 UMinho Editora / CECS <https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/70?fbclid=IwAR3HinxCmQluFgY5ovrZfQcyOI10NYnpcOKKscQy6T2S6OmLagmA7LQxB-c>



25

Número de catástrofes por risco, em Portugal, no período de 1901 a 2020.



Fonte: Dados retirados de Emergency Events Database (<https://public.emdat.be/>)

Apenas constam nesta base de dados eventos que reúnam pelo menos uma de três condições:

- (a) 10 ou mais mortes;
- (b) 100 ou mais pessoas afetadas/feridas/sem abrigo;
- (c) declaração do estado de emergência e/ou de apelo à assistência internacional.

Bento-Gonçalves, A. (2023) *Riscos Naturais em Portugal In: Os Desafios (Geográficos) da Governação Territorial* Edited by: Pedro Chamusca e António Bento-Gonçalves. 61-83 UMinho Editora / CECS <https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/70?fbclid=IwAR3HinxCmQluFgY5ovrZfQcyOI10NYnpcOKKscQy6T2S6OmLagmA7LQxB-c>



26

Sorgacosa

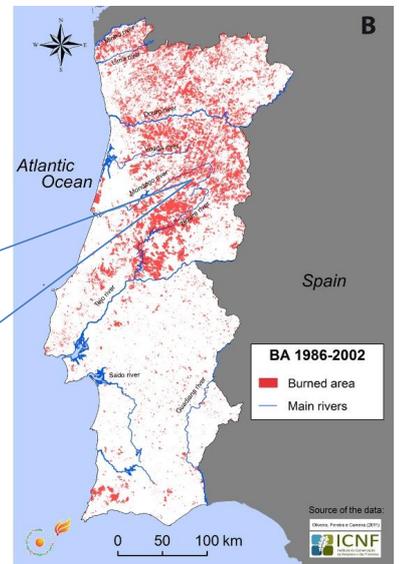
1988

Incêndio Florestal

13 a 20 de Setembro de 1987

10 900 ha

Temporal – 23 de Junho de 1988



O grande incêndio florestal de Braga (2017)

15 outubro 2017

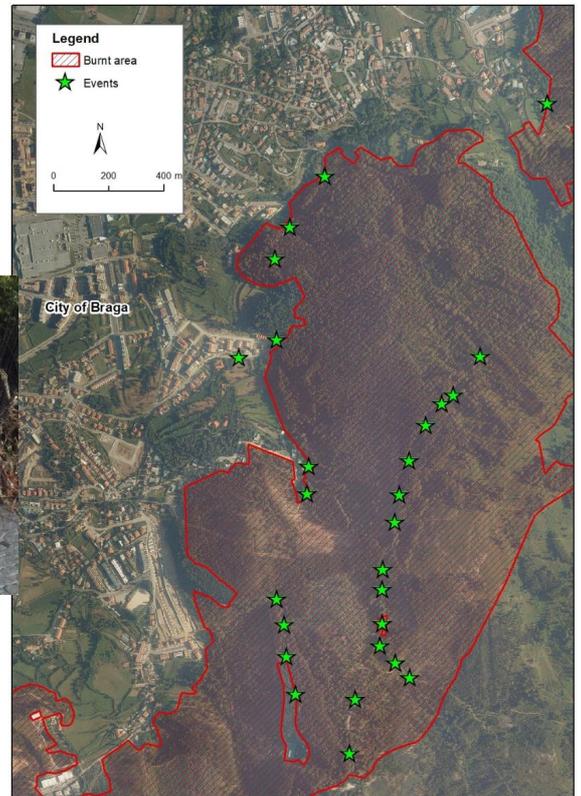
1007 hectares

967 hectares de floresta

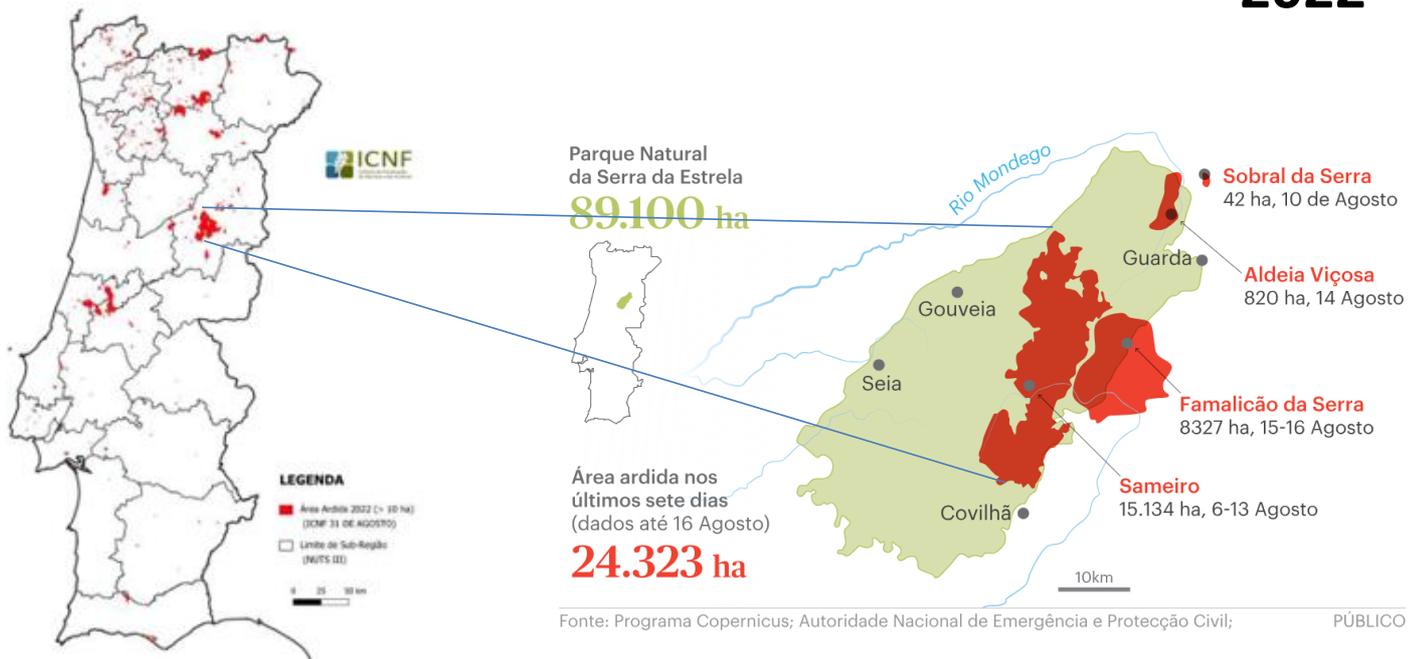
40 hectares de mato

Temporal – Dezembro 2017





2022



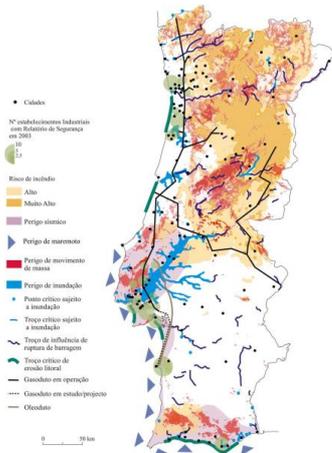


Cerdeira – Manteigas – Set 2022

RISCOS CLIMÁTICO- METEOROLÓGICOS E POLÍTICAS TERRITORIAIS

- Introdução
- Os riscos
- Portugal
- **As políticas**
- Breves notas finais

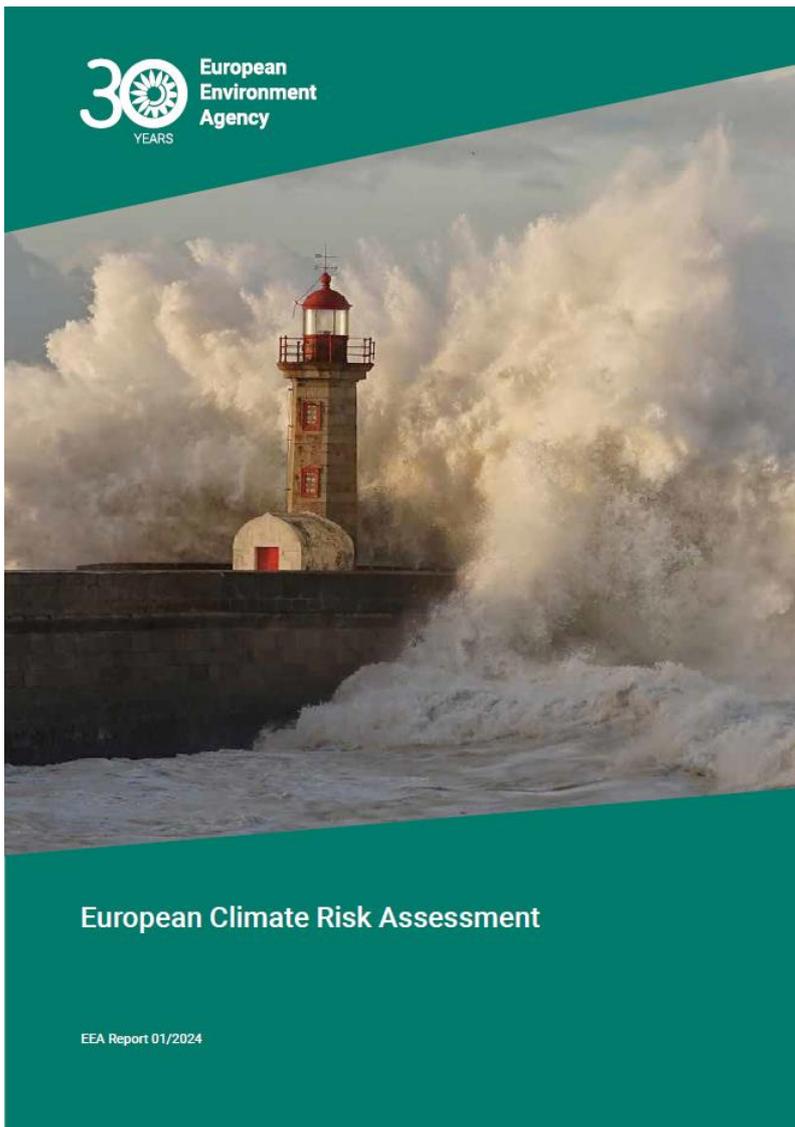
PNPOT



O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território - PNPOT (Lei n.º 99/2019, Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05) refere, no âmbito das “Mudanças Críticas e Tendências Territoriais”, que o País “deverá estar mais preparado para eventos extremos, onde os riscos poderão ser acrescidos e onerosos” quer em áreas urbanas (...) quer rurais ...”.

- “Por outro lado, as mudanças climáticas agravarão vulnerabilidades já existentes hoje, nomeadamente a pressão e perda de territórios litorais, a severidade de secas e de incêndios rurais associados a eventos extremos e a condições climáticas mais adversas, bem como a suscetibilidade à desertificação”.

35



Em 2024, a Agência Europeia do Ambiente publicou a primeira Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos (EUCRA), que mostrava que 34 dos 36 principais riscos climáticos em cinco grupos de risco (ecossistemas, saúde, infraestruturas, alimentação e economia e finanças) poderiam atingir níveis críticos ou mesmo catastróficos durante este século em cenários de aquecimento elevado.

36

Aplicar, sem demora, políticas em matéria de **clima** e de **ordenamento do território**

37



Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 -ANEPC

•Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto

- Fortalecer a governança na gestão de riscos;
- Melhorar o conhecimento sobre os riscos;
- Estabelecer estratégias para redução de riscos,
- Melhorar a preparação face à ocorrência do risco;
- Envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos.

até 2030

- prevenir novos riscos e reduzir os riscos de catástrofes existentes
- implementar medidas integradas e inclusivas para prevenir e reduzir a exposição a perigos e vulnerabilidades a catástrofes
- aumentar o grau de preparação para resposta e recuperação
- e reforçar a resiliência.

38



O PTP tem uma visão integrada e uma ação reformista inovadora em vários eixos:

- Planeamento dos territórios da floresta como referencial de uma nova economia dos territórios rurais de baixa densidade;
- Valorização do capital natural e a aptidão dos solos;
- Promoção da resiliência do território;
- Assegurar maiores rendimentos e sustentabilidade económica, através de processos participados e colaborativos de base local e da capacitação de atores e instituições;
- Incentivar os produtores a melhorar a gestão das suas explorações e desenhar a paisagem desejável para dar resposta aos desafios das alterações climáticas.

Medidas programáticas do PTP

PRGP



AIGP & OIGP



Condomínio de aldeia



Emparcelar para ordenar



REOT.

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2024.

VERSÃO PARA DISCUSSÃO PÚBLICA



REOT 2024 – Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2024

- O mapeamento, das **Vulnerabilidades Críticas** que condicionam o modelo territorial do PNPOT, (nomeadamente, os movimentos de massa em vertente, a erosão costeira, as inundações, os incêndios rurais, as ondas de calor, a escassez de água, a desertificação do solo e os sismos), **evidenciou as fragilidades territoriais, com potencial de agravamento no médio e longo prazo.**

REOT.

RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2024.

VERSÃO PARA DISCUSSÃO PÚBLICA



do Território

REPÚBLICA PORTUGUESA
CIDADANIA TERRITORIAL

Interreg
Espanha - Portugal

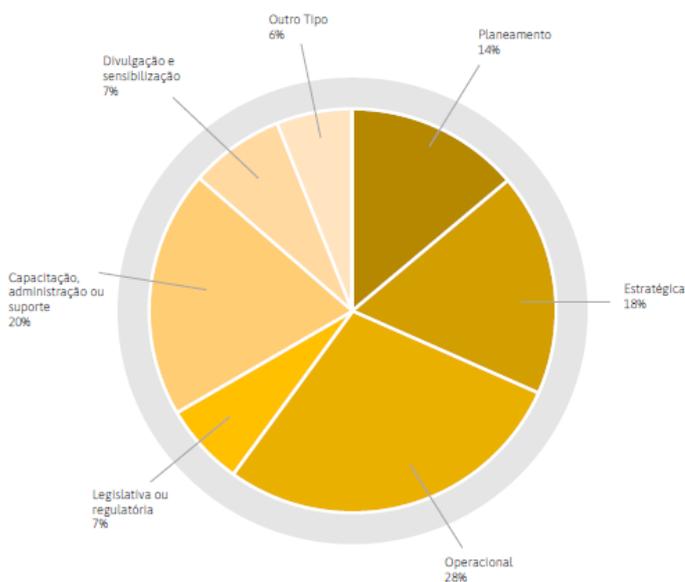


Co-financiado por
a União Europeia
através do FSE



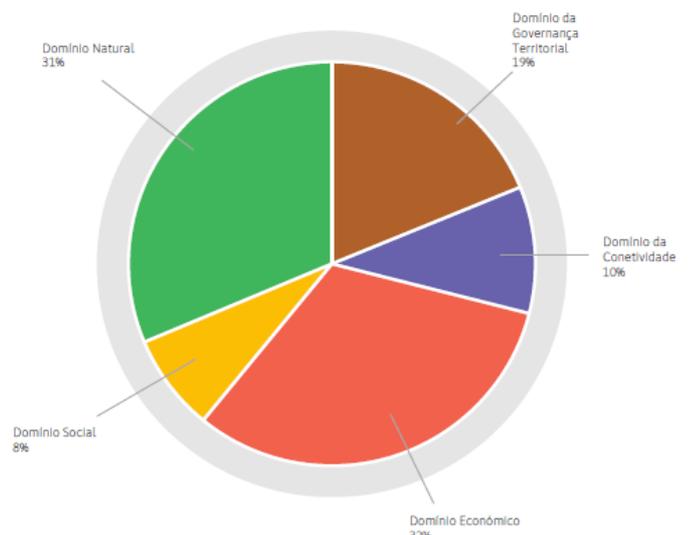
- RNA 2100 (**Roteiro Nacional para a Adaptação 2100**) produziu um **guia** que informa sobre o grau de prioridade do município na adaptação ao perigo, identifica as medidas de adaptação que os municípios podem utilizar, detalha como estas podem ser integradas nos vários documentos do PDM, efetua a articulação das medidas de adaptação com as classes e categorias de uso do solo urbano e rústico, identifica os principais constrangimentos na adoção das medidas de adaptação e explora outros benefícios decorrentes da integração da adaptação ao perigo.

Iniciativas reportadas, por tipo de iniciativa



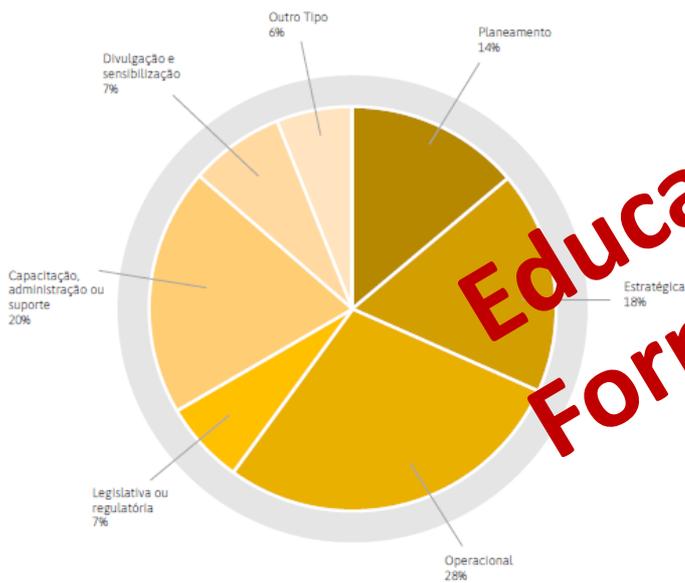
Fonte: Monitorização das iniciativas de execução da Agenda para o Território, DGT

Número de iniciativas reportadas, por domínio da Agenda para o Território



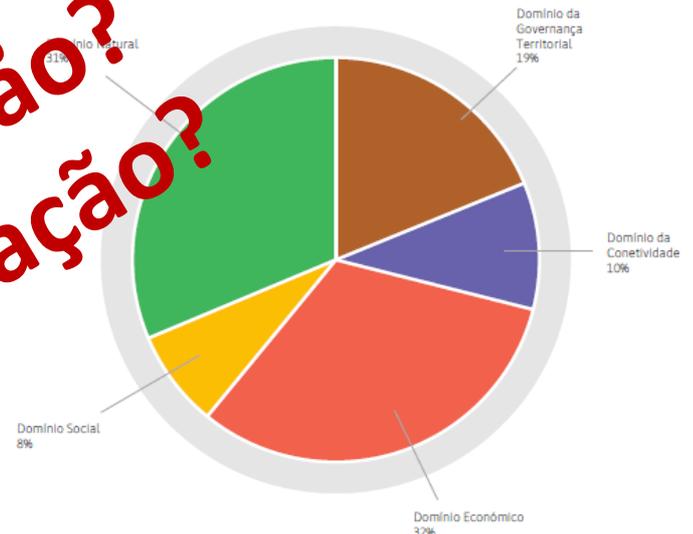
Fonte: Monitorização das iniciativas de execução da Agenda para o Território, DGT

Iniciativas reportadas, por tipo de iniciativa



Fonte: Monitorização das iniciativas de execução da Agenda para o Território, DGT

Número de iniciativas reportadas, por domínio da Agenda para o Território

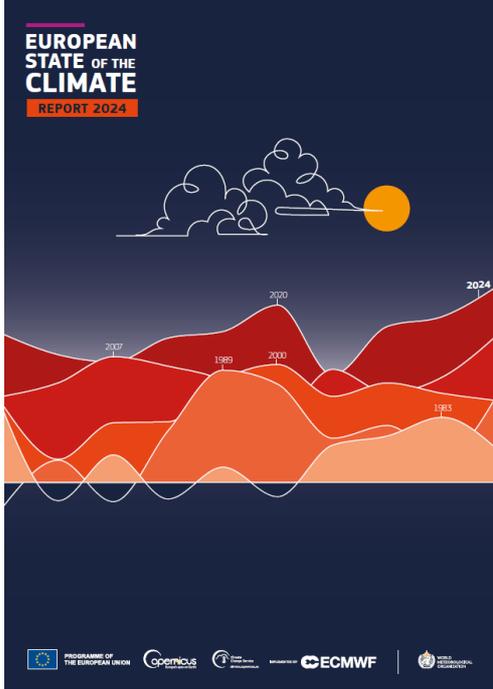


Fonte: Monitorização das iniciativas de execução da Agenda para o Território, DGT

**Educação?
Formação?**

As **campanhas de sensibilização** apenas pretendem tornar os visados “sensíveis a algo”, não os dotando de competências ou ferramentas que lhes permita, muitas vezes, desenvolver uma cultura de autoproteção, que poderiam levar a mudanças de atitudes ou comportamentos.

Na maioria das vezes, não contam com a colaboração de especialistas em **sociologia, educação, psicologia ou ciências da comunicação**, e, não sendo os seus resultados monitorizados, o que permitiria incorporar melhorias no processo, têm revelado uma eficácia reduzida.



Com o aumento dos desafios climáticos, as **idades** estão a liderar a ação global, atuando como centros de inovação e transformação.

As **zonas urbanas**, que albergam **cerca de 55% da população mundial** e são responsáveis por **70% das emissões de carbono**, são os principais fatores de degradação ambiental.

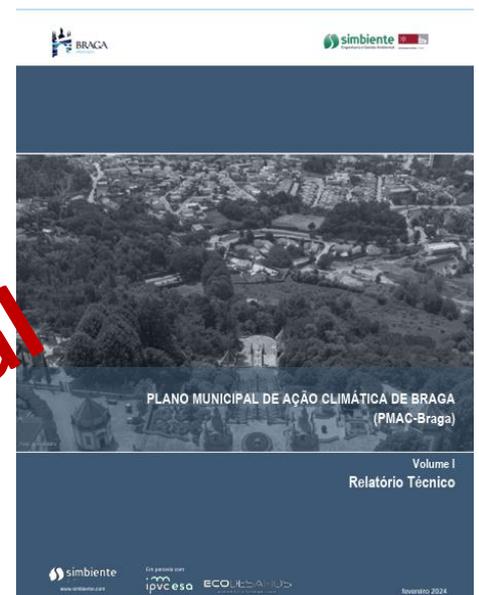
Na Europa, contudo, cerca de **70% dos esforços de atenuação das alterações climáticas e 90% dos esforços de adaptação têm lugar nas zonas urbanas**, posicionando-as como **líderes fundamentais na luta contra as alterações climáticas**.

As cidades europeias também se comprometeram a reduzir as emissões de carbono em 55% até 2030 e a atingir emissões líquidas nulas até 2050.

Ao integrar a ação climática com a recuperação da natureza, as cidades estão a redefinir o papel das zonas urbanas na promoção da resiliência e da sustentabilidade.

Orientações para os Planos Municipais de Ação Climática

(LEI DE BASES DO CLIMA
Lei n.º 98/2021)



Escala municipal



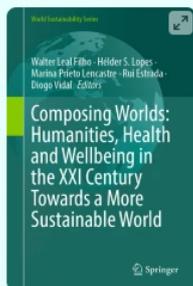
Legenda

- Cencilhos sem informação disponível
- Não preenche nenhum requisito
- Preenche 1 requisito
- Preenche 2 requisitos
- Preenche 3 requisitos
- Preenche 4 requisitos
- Preenche 5 requisitos

Knowledge and Preparation of the Civil Protection Services in the Climate Change Adaptation in Mainland Portugal



P. F. Silva, R. Dantas, H. S. Lopes, and P. Remoaldo



Composing Worlds: Humanities, Health and Wellbeing in the XXI Century Towards a More Sustainable World

Book | © 2025

47



Helena Freitas
Professora da Universidade de Coimbra

As soluções baseadas na natureza e o planeamento territorial. Benefícios ambientais, económicos e sociais

Em Portugal, com os eventos climáticos extremos se tornarem mais frequentes, a implementação eficaz de NBS deve ser uma prioridade nacional, garantindo soluções adaptadas às especificidades do território, das comunidades e das dinâmicas socioeconómicas

gradação de espaços verdes. As NBS nas cidades devem integrar os ecossistemas naturais no planeamento urbano, garantindo que a infraestrutura verde aumenta a resiliência e, ao mesmo tempo, promove a equidade socioeconómica. As estratégias-chave incluem a

Criativos

48

Manual de Proteção Civil para Autarcas de Freguesia



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL
2023

4. QUAL O PAPEL DAS JUNTAS DE FREGUESIA?

O Regime Jurídico das Autarquias Locais¹⁵ (RJAL) atribui às freguesias a responsabilidade de promover e salvaguardar os interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município, num conjunto de domínios, incluindo a proteção civil¹⁶.

Em particular, confere às Juntas de Freguesia a responsabilidade de colaborar com a autoridade municipal de proteção civil (presidente da Câmara Municipal) na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe¹⁷.

Para além disso, o RJAL atribui aos presidentes das Juntas de Freguesia a missão de colaborar com outras entidades no domínio da proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos, designadamente em operações de socorro e na assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe¹⁸.

O enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal está alinhado com este quadro genérico de competências ao conferir às Juntas de Freguesia o dever de "colaborar com os serviços municipais de proteção civil, no âmbito das suas atribuições e competências, próprias ou delegadas, designadamente através da promoção de ações em matéria de: a) prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades; b) sensibilização e informação pública; c) apoio à gestão de ocorrências"¹⁹.

Tal Lei concretiza ainda que em função dos riscos existentes na respetiva área geográfica, as Juntas de Freguesia, mediante parecer favorável da Comissão Municipal de Proteção Civil, poderão determinar a existência de Unidades Locais de Proteção Civil, fixando a respetiva constituição e tarefas. As ULPC serão obrigatoriamente presididas pelo presidente da Junta de Freguesia e apoiarão as Freguesias no cumprimento das suas ações em matéria de proteção civil²⁰.

De notar ainda que as Juntas de Freguesia dispõem de representantes na Comissão Municipal de Proteção Civil.

Retrospectiva das políticas em matéria de Proteção Civil, desde 1991 até ao presente

- foram sendo sistematicamente reorganizadas/restruturadas;
- têm sido demasiado reativas, não havendo continuidade nem estabilidade,
- nem se conseguiu formar uma cultura de autoproteção das populações.



RISCOS CLIMÁTICO- METEOROLÓGICOS E POLÍTICAS TERRITORIAIS

- Introdução
- Os riscos
- Portugal
- As políticas
- **Breves notas finais**

51

- Alguns dos **mais recentes eventos catastróficos** vieram provar que o sistema (onde se incluem igualmente as populações e o território) não está preparado para esta nova realidade em matéria de desastres, sendo necessário criar um novo paradigma, **assente não só no “saber fazer”, mas também no “saber como” e no “saber porquê”**.
- O Quadro de Ação de Hyogo para a Redução do Risco de Desastre 2015-2030, veio salientar a necessidade da **adoção de políticas, estratégias e medidas de redução de impactes baseadas no conhecimento integrado dos fatores de risco** (UNISDR, 2015; UNDRR, 2019).
- São vários os documentos que realçam a carência de **incorporação do conhecimento científico e técnico atual nas decisões operacionais**, bem como do reforço da **educação para o risco**.

52

- Alguns dos **mais recentes eventos catastróficos** vieram provar que o sistema (onde se incluem igualmente as populações e o território) não está preparado para esta nova realidade em matéria de desastres, sendo necessário criar um novo paradigma, **assente não só no “saber fazer”, mas também no “saber como” e no “saber porquê”**.

- O Quadro de Ação de Hyogo para a Redução do Risco de Desastre 2015-2030, veio salientar a necessidade da **adoção de políticas, estratégias e medidas de redução de impactes baseadas no conhecimento integrado dos fatores de risco** (UNISDR, 2015; UNDRR, 2019).

- São vários os documentos que realçam a carência de **incorporação do conhecimento científico e técnico atual nas decisões operacionais**, bem como do reforço da **educação para o risco**.

53

- Alguns dos **mais recentes eventos catastróficos** vieram provar que o sistema (onde se incluem igualmente as populações e o território) não está preparado para esta nova realidade em matéria de desastres, sendo necessário criar um novo paradigma, **assente não só no “saber fazer”, mas também no “saber como” e no “saber porquê”**.

- O Quadro de Ação de Hyogo para a Redução do Risco de Desastre 2015-2030, veio salientar a necessidade da **adoção de políticas, estratégias e medidas de redução de impactes baseadas no conhecimento integrado dos fatores de risco** (UNISDR, 2015; UNDRR, 2019).

- São vários os documentos que realçam a carência de **incorporação do conhecimento científico e técnico atual nas decisões operacionais**, bem como do reforço da **educação para o risco**.

54

- Portugal sempre esteve e sempre estará sujeito a **eventos naturais extremos, potencialmente causadores de vítimas e de elevados prejuízos** (ambientais, económicos e sociais), especialmente no atual contexto em que as mudanças climáticas acentuam essa realidade.
-
- Esta realidade obriga-nos, a par do efetivo reforço do patamar **municipal e local** (ex. ULPC) da Proteção Civil, da **cooperação**, da **educação*** para o risco e de uma aposta séria e continuada no **ordenamento do território**, a atitudes de continua **análise, prevenção e gestão do risco**, adotando **metodologias multirrisco**, as quais são hoje fundamentais para a gestão dos riscos e exigidas pela Comissão Europeia, acrescendo a tudo isto, necessidade de haver uma ligação entre a análise multirrisco e a **dinâmica custo/benefício e social**, tendo em conta a **capacidade de reação**, fundamental para a **prevenção e o planeamento de emergência**.
-
- É imperioso reforçar a **componente da investigação científica**, por forma a complementar e apoiar o ensino, pois a dimensão científica deverá e terá que servir para proporcionar, tal como já é feito em algumas instituições de ensino superior, **ofertas de ensino que elevem não só os conhecimentos e a formação técnica, mas também, e especialmente, os conhecimentos e a formação científica de todos os agentes da área da Proteção Civil.**

*promovendo uma sociedade sustentável, resiliente e adaptada às mudanças climáticas, desenvolvendo uma cultura de autoproteção ⁵⁵

Muito Obrigado